

Após atentado, STF reage e rejeita anistia ao 8/1

Moraes e Barroso associaram as explosões na Praça dos Três Poderes ao contexto de ódio político e rejeitaram impunidade aos envolvidos com o 8 de Janeiro. Apuração indica que homem agiu sozinho e planejou ataque durante meses

Um dia após as explosões ocorridas na Praça dos Três Poderes, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o diretor-geral da Polícia Federal (PF) afirmaram que o ataque não foi um "fato isolado". O incidente acendeu alerta em Brasília e pode determinar os rumos do debate sobre a anistia aos envolvidos com os atos de 8 de janeiro de 2023.

O atentado foi executado por Francisco Wanderley Luiz, que lançou artefatos explosivos contra o prédio do Supremo Tribunal Federal (STF) e morreu com uma das detonações.

Projeto que prevê perdão aos réus do 8/1 tramita na Câmara Federal

A investigação já apontou que ele planejou o ataque por meses e que possivelmente agiu sozinho (leia na página ao lado).

Ontem pela manhã, o ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito sobre o 8/1, afirmou, no Conselho Nacional do Ministério Público, que o atentado se insere em um contexto que "se iniciou lá atrás, quando o então gabinete do ódio (grupo formado no governo de Jair Bolsonaro para difundir notícias falsas), começou a destilar discurso de ódio contra instituições".

Moraes disse ainda que a pacificação do país é necessária, mas rejeitou a tese, defendida por apoiadores de Bolsonaro, de anistiar os envolvidos com o 8/1, alegando que impunidade pode gerar ainda mais violência.

— Não existe a possibilidade de pacificação com anistia a criminosos — disse.

Um projeto que anistia quem participou de manifestações no país desde o dia 30 de outubro de 2022 tramita na Câmara.

O presidente do STF, Luis Roberto Barroso, também criticou a anistia, ontem. Segundo ele, não se pode "perdoar sem antes sequer condenar" e o incidente reforça a "necessidade de responsabilização de todos que atentem contra a democracia". Também se pronunciaram outros ministros, como Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, disse que o episódio é investigado como ato de terrorismo e está "conectado com várias outras ações".

— Estamos falando de ações violentas ao Estado democrático de direito, de ações gravíssimas. Não é aceitável que se proponha anistia para esse tipo de pessoa — completou.

Ameaças por e-mail Rodrigues também revelou que, logo após o ataque, o STF recebeu ameaças por e-mail. As mensagens faziam menção a Wanderley e continham a foto de uma arma de fogo e dois livros religiosos. —



Bolsonaro diz que autor era "maluco" e defende pacificação

Em uma rede social, o ex-presidente Jair Bolsonaro disse que o incidente em Brasília foi motivado por "perturbações na saúde mental" do autor e defendeu "pacificação" no país. "Já passou da hora de o Brasil voltar a cultivar um ambiente adequado para que as diferentes ideias possam se confrontar pacificamente", escreveu.

Líder da oposição no Senado e ex-ministro de Bolsonaro, o senador Rogério Marinho (PL-RN) criticou a declaração de Alexandre de Moraes sobre anistia. Segundo ele, muitas pessoas se sentem perseguidas pelo Judiciário e o projeto de lei que perdona os envolvidos no 8/1 é a "solução política".

— Mais do que nunca se está na hora de pacificar o país, de se distensionar o processo. E a solução política está dentro do Congresso Nacional, com a anistia — disse. —

Quem era Francisco Wanderley Luiz



Natural de Rio do Sul, município de cerca de 76,4 mil habitantes no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, Francisco Wanderley Luiz, 59 anos, era filiado ao PL. Foi candidato a vereador em 2020, com o nome de urna de Tã França, mas não se elegeu — obteve apenas 98 votos.

Na ocasião, ele declarou à Justiça Eleitoral que tinha Ensino Médio incompleto e um patrimônio de R\$ 263 mil, incluindo quatro veículos e um prédio residencial. Ele trabalhava como chafeiro.

Ele deixou dois filhos e estaria separado da esposa.

Wanderley chegou a ser preso em Rio do Sul em dezembro de 2012 por lesão corporal. Em 2014, foi condenado a dois meses e 29 dias de detenção em regime aberto. Segundo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ele cumpriu a pena.

Nas redes sociais, ele seguia grupos radicais de direita e compartilhava conteúdos críticos ao STF.

Em agosto, Wanderley visitou o prédio da Corte. Uma foto dele em frente ao plenário vazou foi postada com a legenda: "Deixaram a raposa entrar no galinheiro (chiqueiro)".



Corpo do receptivo do incidente foi removido após análise

No início da noite de quarta, Wanderley fez novas postagens, desta vez com referências a bombas e explosões. "Vamos jogar 777 Polícia Federal, vamos têm 72 horas para desarmar a bomba que está na casa dos comunistas de merda!" escreveu.

Polícia Civil gaúcha investiga possível ligação com hacker preso

Luca Abadi, diretor-geral da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, declarou que uma prisão realizada ontem pela corporação com o suspeito do ataque em Brasília. O homem, um hacker de 26 anos, conseguiu colocar bombas no Supremo Tribunal Federal (STF).

O que se sabe até agora

A CASA Francisco Wanderley estava em casa pelo menos até o dia 10 de julho. A investigação identificou uma casa alugada por ele em Collênia, a 200 quilômetros da Praça dos Três Poderes.

Ontem, foram encontrados diversos artefatos no local. Segundo a PF, uma garrafa térmica um explosivo ao ser aberta por um caso autônomo.

Na manhã de domingo, havia um carro branco com placas de Santa Catarina, com o nome de Wanderley, em frente ao STF. O veículo foi apreendido e o motorista, um homem de 35 anos, foi liberado.

O ATENTADO O ataque ocorreu na manhã de 8 de janeiro, segundo a PF, após o que Wanderley agiu sozinho e planejou o atentado por meses. Na manhã de quarta-feira, ele estava em casa em Collênia, onde fica a maioria dos galinheiros. Realizou um teste no STF, onde conseguiu entrar no prédio principal, onde paulista. E se aproximou de um ponto de segurança.

Depois de entrar no STF, ele conseguiu entrar no prédio principal, onde paulista. E se aproximou de um ponto de segurança. O ataque ocorreu na manhã de 8 de janeiro, segundo a PF, após o que Wanderley agiu sozinho e planejou o atentado por meses.

A MOTIVAÇÃO

A motivação de Wanderley para o ataque ao STF não foi esclarecida. O homem também anunciou no Instagram que estava em Brasília em 8 de janeiro. Ele afirmou ter notado uma mudança de comportamento nos últimos dois anos.

Ele afirmou ter notado uma mudança de comportamento nos últimos dois anos. Ele afirmou ter notado uma mudança de comportamento nos últimos dois anos.

Quanto segurança

Quando segurança tentaram se aproximar, aproximadamente e abriu a carnisal, mostrando que tinha artefatos presos ao corpo. Wanderley, então, reagiu e os agentes se aproximaram de onde Wanderley estava. Alguns artefatos foram desativados em frente ao STF.

Uma irma de Wanderley, Maria Inês Wanderley, afirmou ao jornalista do Estado de São Paulo que a motivação do ato era política. Ele afirmou ter notado uma mudança de comportamento nos últimos dois anos.

Ele afirmou ter notado uma mudança de comportamento nos últimos dois anos. Ele afirmou ter notado uma mudança de comportamento nos últimos dois anos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: ZH em Foco **Página:** 4 e 5